



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 32/2020
Período: 05/09/2020 - 11/09/2020
GEDES – UNESP

- 1- Instituto comparou despesas com salários do Ministério da Defesa com os países da Otan
- 2- Periódico noticiou o planejamento da Justiça Militar para novas contratações em 2021 e seu impedimento legal
- 3- O legado do marechal Rondon e a atual política indigenista
- 4- Coluna opinativa discute incertezas do cenário brasileiro em meio à militarização do Ministério da Saúde
- 5- Ala militar do governo planeja sustentar a militarização da Amazônia até 2022
- 6- Presidente Bolsonaro afirmou defender a democracia em discurso marcado por controvérsias
- 7- Documentos da Defesa deveriam ser objeto de amplo debate
- 8- Chefe do Centro de Inteligência do Exército faleceu vítima da covid-19
- 9- Reforma administrativa mantém a regra que permite militares da ativa em cargos do governo
- 10- Presença de Bolsonaro em formatura de sargentos é marcada por homenagem às Forças Armadas e protestos
- 11- Ministério da Defesa é chamado para atuar em iniciativa interministerial de planejamento da vacinação contra o coronavírus
- 12- Colunista questiona ocupação de cargos no Judiciário por militares
- 13- Ala militar ganha espaço nas reuniões sobre orçamento
- 14- Garimpo ilegal opera próximo ao Batalhão de Infantaria de Selva do Exército

1- Instituto comparou despesas com salários do Ministério da Defesa com os países da Otan

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Instituto Fiscal Independente (IFI), vinculado ao Senado Federal, comparou a destinação de verbas para salários e pensões de militares do Ministério da Defesa do Brasil com a dos países que integram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). O resultado do levantamento é que o Brasil figura entre os três países que, proporcionalmente, mais despende com pagamento de funcionários, atrás apenas da Grécia e da Croácia. Segundo *O Estado*, as despesas com pessoal representaram 74,3% do total de gastos do Ministério da Defesa no ano de 2019, e 76,7% em 2018. O jornal apontou ainda que a metodologia do estudo da IFI incluiu o pagamento de pensões por morte e que, desconsiderando este gasto, o Brasil figuraria em nono lugar na comparação com os membros da Otan. O

Ministério da Defesa informou que "a despesa com pessoal está relacionada ao acúmulo de funções desempenhadas pelas Forças Armadas", e que a comparação seria mais apropriada "se realizada com países de nível de desenvolvimento tecnológico semelhantes ao do Brasil". (O Estado de S. Paulo - Política - 05/09/20)

2- Periódico noticiou o planejamento da Justiça Militar para novas contratações em 2021 e seu impedimento legal

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Justiça Militar brasileira não levou em consideração o impedimento da lei complementar 173 sobre a contratação de novos servidores e incluiu novas contratações no Orçamento de 2021. Segundo a *Folha*, a Justiça Militar prevê a criação de 740 cargos e a nomeação de 36 novos profissionais, resultando em um valor de R\$2 milhões. Ao serem procurados pela *Folha*, o Supremo Tribunal Militar e o Ministério da Economia não se manifestaram sobre o assunto. (Folha de S. Paulo - Painel - 06/09/20)

3- O legado do marechal Rondon e a atual política indigenista

O jornal *O Estado de S. Paulo* comparou as relações atuais do Exército brasileiro com os povos indígenas à atuação da figura histórica do marechal Cândido Mariano Rondon, que segundo o jornal era associado a um perfil conciliador, bem diferente daquele adotado pela administração de Jair Bolsonaro. *O Estado* pontuou diversos momentos de descaso do governo Bolsonaro e seus ministros militares no que tange aos povos indígenas, a exemplo de reunião de representantes do Ministério da Saúde com lideranças indígenas para debater o controle do coronavírus em comunidades isoladas que acabou em uma troca de desafetos; além da postura pró-ruralismo do presidente, que o coloca como crítico das demarcações de terras indígenas. O periódico afirmou que a imagem do Exército como aliado da comunidade indígena consolidou-se com o marechal Rondon, militar responsável por expedições pelo Centro-Oeste brasileiro no século XX, mas, segundo lideranças indígenas, esse legado foi abandonado pela geração de generais que participa do governo atual. O ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sydney Possuelo, é um dos críticos da postura militar atual e afirmou que o Exército, na época de Rondon, parecia ser mais sensível à causa indígena, enquanto os militares de hoje se manifestam contra os povos indígenas. Além disso, *O Estado* afirmou que o avanço da covid-19 parece ter piorado a relação entre indígenas e militares, mas as Forças Armadas contestam as acusações de desprezo, pontuando que são os únicos representantes do governo que são capazes de levar cestas básicas, médicos e insumos de saúde para áreas remotas, as quais o acesso só é possível por aeronaves ou embarcações. Segundo *O Estado*, o Exército também ressaltou a Operação Verde Brasil 2, que tem o intuito de enfrentar atividades ilegais em áreas de preservação, e a Operação Covid-19, que conta com as Forças Armadas para uma série de intervenções sanitárias em comunidades indígenas. Visto isso, o general Manoel Luiz Narvaz Pafiadache, secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa, afirmou que a presença militar na Amazônia caracteriza a preservação dos ideais de Rondon. (O Estado de S. Paulo – Política – 07/09/20)

4- Coluna opinativa discute incertezas do cenário brasileiro em meio à militarização do Ministério da Saúde

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo fez paralelos entre a história recente do Brasil e os acontecimentos chave durante os quase dois séculos da independência do país. Segundo ele, o Brasil vivenciou em meados da década de 1920 uma nítida inquietação quanto às alternativas do comunismo e do fascismo, tanto no âmbito cultural quanto ideológico. Na atualidade, Azedo ressaltou as incertezas acentuadas pela crise da pandemia da covid-19, que já arrebatou cerca de 127 mil vidas e registra índices elevados de mortalidade pelo Brasil. Não só por sua duração inesperadamente longa, tal pandemia evidenciou a escalada da militarização do governo de Jair Bolsonaro, expressa na ocupação de integrantes das Forças Armadas dentro do Ministério da Saúde, muito semelhante à epidemia de meningite durante o regime militar brasileiro (1964-1985). (*Correio Braziliense - Brasil - 08/09/20*)

5- Ala militar do governo planeja sustentar a militarização da Amazônia até 2022

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o governo de Jair Bolsonaro planeja a continuidade da militarização da Amazônia, com a permanência das Forças Armadas na região até o fim de 2022, sustentando a extensão da aplicação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) pela “Operação Verde Brasil”, em curso desde 2019, sob o discurso de combate ao desmatamento ilegal e enfrentamento às queimadas. É o que consta no documento que apresenta as metas do Conselho Nacional da Amazônia Legal enviado pelo vice-presidente Hamilton Mourão, chefe da entidade, ao ministro da Economia, Paulo Guedes, ao qual o *Estadão* teve acesso, e cuja intenção foi confirmada pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno. Sem especificar valores, o documento prevê custos mais baixos nas “linhas de ação”, menciona a “Reativação do Fundo Amazônia e financiamento internacional” e pretende reaproximar investidores, que têm se distanciado desde a suspensão de repasses pela Alemanha e Noruega. Além disso, prevê para o pós-pandemia uma “missão de reconhecimento” na Amazônia com embaixadores. O *Estado* pontuou que, apesar do caráter emergencial das GLOs, a permanência das Forças Armadas na Amazônia poderá superar os 319 dias de intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018, uma das mais longas do período democrático, embora o documento do Conselho da Amazônia não especifique se ocorrerá ininterruptamente ou em várias fases. O jornal também assinalou que o planejamento para a extensão da GLO na Amazônia acontece no momento em que a permanência das Forças Armadas na região foi questionada pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia Antunes Rocha, após denúncia movida pelo Partido Verde; assim como a Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente (Ascema) criticou a substituição de servidores de carreira por militares e policiais militares, que apesar de experientes, têm a autonomia comprometida. O periódico destacou ainda que a atuação das Forças Armadas não impediu que a Amazônia chegasse ao fim de agosto com o segundo pior resultado das queimadas em 10 anos e um aumento de 34% dos alertas de desmatamento em comparação com 2019. Segundo o Instituto de

Estudos Socioambientais (Inesc), os recursos disponibilizados ao Ministério da Defesa para as operações da Amazônia são de quase R\$ 1 bilhão, pois além dos R\$ 44,62 milhões para as operações Verde Brasil 1 e 2, de 2019 e deste ano, foram liberados créditos suplementares de R\$ 410 milhões. No entanto, o Ministério do Meio Ambiente ameaçou, no fim de agosto, suspender as ações na Amazônia por insuficiência de verba. Segundo o *Estado*, Mourão declarou em evento virtual organizado pelo jornal que em 2019 “quando nós terminamos a Operação Verde Brasil 1, que foi de combate às queimadas, deveríamos ter permanecido no terreno com aquela força constituída, para já entrar de imediato, entrar de cabeça no combate ao desmatamento”. Desta forma, o vice-presidente justificou que a demora na ação em 2020 provocou resultados negativos para a preservação da Amazônia legal. (O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 08/09/20)

6- Presidente Bolsonaro afirmou defender a democracia em discurso marcado por controvérsias

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, declarou no dia 07/09/2020, em cerimônia de hasteamento da bandeira no palácio da Alvorada, que tem compromisso com a democracia e enfatizou a “liberdade dos brasileiros”. Em cadeia de rádio e televisão, o presidente, porém, fez questão de destacar que “quando a sombra do comunismo nos ameaçou”, houve uma mobilização do povo brasileiro “contra um país tomado pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”, em congruência a tomada de poder pelos militares - fato que culminou nos 21 anos de regime militar (1964-1985). Segundo a *Folha*, o discurso de Bolsonaro no Dia da Independência reforçou o ideal nacionalista após celebrar o golpe de 64, dizendo que “O sangue dos brasileiros sempre foi derramado por liberdade”. (Folha de S. Paulo - Poder – 08/09/20; O Estado de S. Paulo – Política – 08/09/20)

7- Documentos da Defesa deveriam ser objeto de amplo debate

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o diplomata e presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE), Rubens Barbosa, discorreu sobre os motivos pelos quais o contexto geopolítico atual reforça o fato da defesa ser uma questão de segurança nacional. Segundo Barbosa, é ponto chave para o Brasil definir como se posicionar em relação à defesa, em um mundo que presencia tensões entre Estados Unidos e China, as quais podem ter efeitos na América do Sul. O diplomata apresentou uma análise dos documentos da defesa recém-enviados para discussão no Congresso Nacional, a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Para ele, a PND contém objetivos que giram em torno especialmente de assegurar a soberania nacional - o patrimônio, a integridade territorial e o cumprimento de missões institucionais das Forças Armadas. Estão nesse documento também assuntos pertencentes à participação da população brasileira não só na discussão da defesa nacional, assim como o dever de “salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior”. Já a END orienta os diversos segmentos do Brasil a quais estratégias e medidas devem ser tomadas para que os objetivos da PND sejam alcançados. Barbosa argumentou que o Brasil não possui uma “cultura de

defesa” e que os “objetivos nacionais carecerem de uma grande estratégia, com visão de médio e longo prazos”. Além disso, ressaltou que ambos documentos foram concebidos em um círculo restrito às três forças armadas e que, em razão de sua importância, “a PND e a END deveriam ser elaboradas por um conselho de alto nível integrado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e por representantes da Câmara dos Deputados, do Senado e do Itamaraty”. (O Estado de S. Paulo – Opinião – 08/09/20)

8- Chefe do Centro de Inteligência do Exército faleceu vítima da covid-19

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, faleceu no dia 08/09/2020 o general Carlos Augusto Fecurt Sydrião Ferreira, chefe do Centro de Inteligência do Exército. Os periódicos noticiaram que Ferreira integrou a comitiva brasileira enviada ao Líbano em agosto de 2020, liderada pelo ex-presidente da República, Michel Temer, que levou ajuda humanitária às vítimas da explosão na zona portuária de Beirute. Segundo a *Folha*, um funcionário do Ministério da Defesa informou que o general foi vítima da covid-19, embora o *Estado* tenha pontuado que a nota oficial do Comando do Exército não citou a causa da morte. (*Correio Braziliense* – Brasil – 09/09/20; *Folha de S. Paulo* – Brasil – 09/09/20; *O Estado de S. Paulo* – Política – 09/09/20)

9- Reforma administrativa mantém a regra que permite militares da ativa em cargos do governo

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma administrativa enviada pelo Executivo para análise do Congresso Nacional mantém inalterada a regra constitucional que permite que militares em atividade exerçam cargos públicos, o que na prática significa que eles podem ser nomeados a cargos de confiança no governo. A regra constitucional vigente permite que militares da ativa continuem ligados às Forças Armadas caso tomem posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária e não eletiva (art. 142, III). Após dois anos nessa situação, o militar é obrigado a ir para a reserva. Segundo a *Folha*, a presença de militares em atividade no primeiro escalão na gestão de Jair Bolsonaro gera relatos de incômodo nas Forças Armadas por estabelecer uma relação direta entre a instituição e o governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defendeu que o Congresso deveria discutir uma PEC para evitar militares da ativa em funções gratificadas no Executivo, mas o parlamentar disse não ser urgente, para não gerar conflitos com o Executivo. "Não é bom. Não é bom para as Forças Armadas, não é bom para o Brasil", disse Maia. (*Folha de S. Paulo* – Mercado – 09/09/20)

10- Presença de Bolsonaro em formatura de sargentos é marcada por homenagem às Forças Armadas e protestos

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, esteve presente na cerimônia de formatura do Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento, no Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), sediado no Rio de Janeiro. Em seu discurso, Bolsonaro afirmou que o “povo bem comprova que nós estamos no

caminho certo e que nós somos os verdadeiros guardiões da nossa democracia e tudo faremos pela nossa liberdade”, ao se referir às Forças Armadas. Estiveram junto ao presidente o governador em exercício do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e o deputado federal, Hélio Lopes. Do lado de fora de onde ocorria a cerimônia, um grupo com dezenas de manifestantes protestavam contra Bolsonaro, o chamando de traidor. Segundo o *Estado*, os manifestantes eram pensionistas, integrantes da reserva e reformados das Forças Armadas; segundo eles, a reforma da Previdência dos militares, que teve início este ano, atingiu apenas os militares da base, ao passo que os generais receberam aumentos. Em entrevista ao *Estado*, um dos manifestantes afirmou: “Nós (da reserva) pagávamos 7,5% e passamos a pagar 10,5%. E os generais tiveram um acréscimo de salário de quase 60%”. Além disso, o grupo afirmou ao periódico que esteve diversas vezes em Brasília para negociar um acordo, mas nunca conseguiu; sugeriu que a insatisfação de militares da reserva e pensionistas contra Bolsonaro está crescendo e que estão planejando mobilizações na Praça dos Três Poderes. (Correio Braziliense - Política - 10/09/20; O Estado de S. Paulo - Política - 10/09/20)

11- Ministério da Defesa é chamado para atuar em iniciativa interministerial de planejamento da vacinação contra o coronavírus

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o governo federal criou um grupo de trabalho para projetar o plano de vacinação contra o coronavírus na população brasileira. Coordenado pelo Ministério da Saúde, o grupo instituído terá a duração de 90 dias para a ação, podendo ser prorrogado. Segundo relatado pelo periódico, o grupo interministerial é composto por 19 representantes de variados ministérios: três da Casa Civil; um do Ministério da Defesa; três do Ministério das Relações Exteriores; um do Ministério da Economia; quatro do Ministério da Saúde; um do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; um da Controladoria-Geral da União; um do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; um da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência; dois da Secretaria de Governo; e um da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). (Correio Braziliense - Brasil - 10/09/20)

12- Colunista questiona ocupação de cargos no Judiciário por militares

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Frederico Vasconcelos levantou preocupações acerca da nomeação do general Ajax Porto Pinheiro para a Secretaria-Geral do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decisão do presidente do órgão, Humberto Martins. Conforme informado pelo colunista, Pinheiro substituiu o general Fernando Azevedo como assessor de José Antonio Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ao indagar “o que faz um general numa corte superior?”, o colunista retomou posicionamentos das Forças Armadas no país em relação aos acontecimentos políticos. Ainda aguardando esclarecimentos do ministro Martins, Vasconcelos sugeriu duas hipóteses: a primeira de que seria uma prática recorrente em Brasília a acomodação de burocratas em outros órgãos; a segunda, mais provável, seria o movimento em que oficiais graduados vêm buscando cargos em tribunais “como

se fosse uma ‘missão militar’” e não um aproveitamento dos oficiais para funções administrativas. O colunista também enfatizou que os generais Pinheiro e Fernando Azevedo são oriundos do mesmo grupo que ocupou posição de liderança na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), assim como o general Augusto Heleno, antes da eleição de Bolsonaro. Por fim, Vasconcelos relembrou o trecho de uma nota da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), de quando Toffoli escolheu Azevedo para sua assessoria: “Em uma democracia e em um estado de direito não cabe às organizações militares ou a seus integrantes —salvo como cidadãos na sua liberdade de expressão— tentar interferir na agenda política do país ou nas pautas do Poder Judiciário.”. (Folha de S. Paulo - Blogs - 10/09/20)

13- Ala militar ganha espaço nas reuniões sobre orçamento

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general Luiz Eduardo Ramos, ministro-chefe da Secretaria de Governo, deve integrar, em função consultiva, a Junta de Execução Orçamentária (JEO). Atualmente composta pelos ministros Paulo Guedes, da economia, e Walter Braga Neto, da Casa Civil, a JEO é responsável pelas principais decisões orçamentárias do governo. A entrada de Ramos foi justificada por representar um maior envolvimento da área política do governo nas decisões orçamentárias. Segundo o periódico, a inclusão do ministro também representa uma maior articulação da ala militar para ganhar poder decisório nos assuntos orçamentários, tendo como objetivo aumentar os recursos para o Ministério da Defesa. (*O Estado de S. Paulo - Economia - 11/09/20*)

14- Garimpo ilegal opera próximo ao Batalhão de Infantaria de Selva do Exército

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, balsas de garimpo de ouro operam ilegalmente na orla de Humaitá, estado do Amazonas, trecho seccionado pelo rio Madeira, local próximo ao 54º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército, uma das unidades designadas para a Operação Verde Brasil 2, conduzida para coibir crimes ambientais. Por se tratar de um rio interestadual, sua fiscalização deveria ocorrer a partir dos órgãos ambientais federais, que se encontram debilitados na região desde outubro de 2017, quando escritórios e veículos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foram queimados por garimpeiros, o que acabou contribuindo para a intensificação das atividades ilegais de garimpagem, as quais também não encontram resistência do Exército. Segundo a *Folha*, em julho deste ano, a Operação Verde Brasil 2 lacrou algumas balsas, porém a atividade extrativista foi retomada logo depois, uma vez que a Marinha somente retirou as balsas do canal de navegação, não impedindo a extração de ouro pelos garimpeiros. No dia 08/09/2020, o Exército enviou duas notas à reportagem da *Folha*, apresentando números contraditórios sobre o combate ao garimpo, pois o balanço da 17ª Brigada de Infantaria de Selva dizia que apenas seis balsas foram apreendidas ao longo de quatro meses na região, que engloba Rondônia, Acre e o sul do Amazonas, ao passo que a nota do Comando Militar da Amazônia “informou que a mesma operação apreendeu 93 dragas (balsas) de garimpo”, Além disso, ambos os balanços não tinham relato de ouro apreendido. Ainda, de

acordo com a reportagem, o mercúrio utilizado no processo de separação do ouro tem aumentado a contaminação do rio Madeira, atingindo os animais e contribuindo para a degradação do bioma amazônico, já debilitado pelas constantes queimadas. (Folha de S. Paulo – Ambiente – 10/09/20)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Zavaliski Mano (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Lisa Stephane Sousa Barbosa (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Marianna Braghini Deus Deu (Redatora, mestranda em Desenvolvimento Econômico).

Agradecemos a colaboração dos(as) graduandos(as) em Relações Internacionais neste Informe: Davi Campos Matos; Gislaine Amaral Silva; Henrique Muniz Fernandes; Jonas de Paula Vieira; Lucas Rizzati Iquegami.